

Ação social, processos educativos e sustentabilidade: uma expressão da educação planetária no semiárido brasileiro

Francisco José Pegado Abílio¹
Antonia Arisdélia Fonseca M. A. Feitosa²
Aires Umberto Vieira³

RESUMO: A crise planetária atual gera uma demanda de reivindicações de conhecimentos e de intervenções que anunciam uma “nova ordem”. A educação, neste contexto, precisa fortalecer a construção de uma sociedade que seja guiada para compreender e sustentar nossa finalidade terrestre. Este cenário fundamenta o presente texto para refletir sobre a intencionalidade e o alcance das ações sociais desenvolvidas por entidades não governamentais, especificamente aquelas voltadas à sustentabilidade humana e ambiental. Defendemos que essas entidades atuem com a coparticipação da comunidade buscando, por meio de processos educativos, as mudanças em situações não desejadas. Para esse fim, nos ancoramos nos conceitos de Educação Planetária (Edgar Morin), Diálogo (Paulo Freire) e Reconhecimento (Axel Honneth). Tais formulações se complementam para dar sentido às reflexões aqui propostas. Nessa perspectiva, situamos os processos educativos de ação social desenvolvidos pela Diocese de Cajazeiras (PB) como manifestações da Educação Planetária enquanto um paradigma em construção neste século XXI.

Palavras-chave: Crise planetária. Educação. Sustentabilidade.

ABSTRACT: The current planetary crisis leads to the need of new knowledge and interventions that announce a “new order”. Education should empower the construction of a society guided to understand and support our terrestrial purpose. Such scenario justify this text, which reflects about the intent and scope of social actions taken by non-governmental organizations, specially those related to human and environmental sustainability. We defend that these entities should work along with the community, aiming to change unwanted situations through educational processes. We used the concepts of Planetary Education (Edgar Morin), Dialogue (Paulo Freire) and Recognition (Axel Honneth) as a basis for this idea, as they complement each other and give meaning to the reflections proposed here. In this perspective, we consider the educative processes of social actions developed by the Diocese of Cajazeiras (Paraíba, Brazil) as demonstrations of the Planetary Education paradigm that is under construction in this 21st century.

Keywords: Global crisis. Education. Sustainability.

¹ Professor da UFPB chicopegado@yahoo.com.br

² Professora da UFCG arisdelfeitosa@gmail.com

³ Técnico em Agropecuária na Ação Social da Diocese de Cajazeiras / Cáritas Brasileira umberto.aires@ig.com.br

Introdução

O ser humano desenvolveu, na Terra, uma grande aventura interativa, seja com o seu semelhante, seja com a natureza (biosfera). A história da humanidade registra, segundo Camargo (2003), que três orientações formaram as bases da relação homem-natureza. Nos primórdios da História, encontramos um ser humano subjugado pela natureza, sendo o mundo natural por ele considerado onipotente, imprevisível e indomável. A segunda orientação encontra suas origens nas sociedades ocidentais, a partir das Revoluções Científica e Industrial. Nela encontramos um ser humano que se considera superior ao mundo natural e tenciona domar, explorar e revelar todos os segredos da natureza. A terceira orientação interliga, fundamentalmente, a vida humana à natureza para além do nível biológico, atingindo níveis culturais e psicológicos e revelando que devemos “fluir” com a natureza.

É no interior desta última orientação que residem referências que explicitam as preocupações vigentes com este momento do século XXI, incluindo o processo de formatação e os desdobramentos dela, que constituem razões suficientes para justificar a necessidade de desenvolver no ser humano um novo olhar e um modo diferente de ser e estar no mundo.

Os avanços na ciência geraram novos saberes e desenvolvimento tecnológico, porém, trouxeram, ao mesmo tempo, problemáticas nos campos social (desenvolveram a concepção de vida como uma luta competitiva pela existência, a crença no progresso pelo crescimento econômico e tecnológico, ignoraram as interações dos indivíduos, hipervalorizando a individualidade) e ambiental (estabeleceram a dominação sobre a natureza e sobre o homem, potencializaram a exploração dos recursos naturais visando ao aumento na produtividade, exauriram as bases de sustentação de vidas em desrespeito aos limites ecológicos).

O quadro de degradação ambiental planetário tem sido objeto de preocupação humana e de reflexões que mobilizam diferentes grupos sociais na organização de congressos, seminários temáticos e conferências cujos objetivos são, entre outros: socializar informações e ampliar as discussões na busca de alternativas para as questões ambientais que são globais com repercussões locais, regionais e nacionais.

Os indicadores ambientais que caracterizam a ameaça da vida no planeta existem desde a década de 1960, confirmados mediante episódios como a contaminação do ar em Londres e Nova York, entre 1952 e 1960; casos fatais de intoxicação com mercúrio em Minamata e Niigata (Japão) entre 1953 e 1965; a diminuição da vida aquática em alguns grandes lagos norte-americanos; a morte de aves provocada por efeitos secundários imprevisíveis do DDT (diclorodifeniltricloroetano) e outros pesticidas e a contaminação do mar causada pelo naufrágio do petroleiro Torrey Canyon, em 1966 (MEDINA, 1997, p. 257-270).

Esses acontecimentos, entre outros, indicavam risco ambiental e receberam ampla publicidade a exemplo do livro *Silent Spring* [A Primavera Silenciosa], de

Rachel Carson, lançado em 1962, que questionava, de forma eloquente, a confiança cega da humanidade no progresso tecnológico.

As questões que demandam dessa realidade puseram em xeque o modelo de sociedade nas dimensões econômica, social e política. A crise paradigmática, de modo específico a crise ambiental, possibilitou aos pesquisadores a busca por novas reflexões, capazes de alcançar a compreensão da multiplicidade dos arranjos sociais, da interdependência dos diferentes saberes humanos e da relação sociedade-natureza (CAPRA, 1982, 1996, 2002; MORIN, 2000, 2007; SANTOS, 2006).

Há no presente uma demanda plural de reivindicações de conhecimentos e de intervenções pelas quais se percebe o prenúncio de uma nova ordem, diferente daquela que conduziu a vida das pessoas durante a modernidade (MORIN, 2007). Nessa perspectiva, a educação, a partir do legado da modernidade, tem a missão de fortalecer as condições de possibilidades do surgimento de uma sociedade-mundo que seja guiada pelo princípio de compreender e sustentar nossa finalidade terrestre. Isso significa atuar para desenvolver, em homens e mulheres, as atitudes e aptidões para o prosseguimento da humanização.

Entidades diversas e instituições governamentais, orientadas a partir dos fundamentos epistemológicos gerados por cientistas e teóricos das diferentes áreas do conhecimento, têm investido na realização de ações e eventos cujos objetivos recaem sobre a reflexão acerca dos problemas relacionados ao meio ambiente, desdobrando-se em proposições e diretrizes concentradas em documentos orientadores de práticas a serem implementadas nas diferentes realidades e em diferentes experiências educacionais.

Torna-se perceptível, dessa forma, que a crise ambiental globalizada gera problemas e, simultaneamente, faz movimentar um conjunto de segmentos da sociedade na direção de uma compreensão crítica do contexto planetário.

1. A Itinerância Humana diante dos Desafios Planetários

No início do século XXI, a humanidade enfrenta o emergir de uma nova dimensão que se acentua e inquieta, expressando-se de forma cada vez mais generalizada: a planetarização do mal-estar social.

Dessa tendência surgem contratendências que se desenvolvem gradualmente e se manifestam, ainda que na forma de resistências privadas e individuais e/ou nos segmentos sociais, especificamente nos microtecidos da sociedade civil.

A crise que se instalou no planeta é um fenômeno que contém ingredientes autodestrutivos; entretanto, deles próprios podem vir fórmulas para mobilizar a humanidade a buscar soluções planetárias (MORIN, 2007).

A tomada de consciência de que o paradoxo mais óbvio administrado pela ordem mundial é a exaustão dos recursos naturais em função do crescimento econômico teve início a partir dos anos 1960. Uma longa trajetória histórica foi percorrida para a tomada de consciência em escala mundial sobre os grandes

problemas do meio ambiente. Neste trajetória, alguns documentos se destacaram, entre eles o Relatório de Founex, resultante da reunião convocada pela ONU como parte da preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente de 1972. Nesse relatório, a polarização entre meio ambiente (representado pelo ecologismo intransigente) e o desenvolvimento econômico (representado pelo economicismo neoclássico de visão estreita) foi rejeitada, o que contribuiu para a constituição de uma agenda sobre meio ambiente e desenvolvimento.

O conceito sobre desenvolvimento sustentável apresentado durante a Eco-92 está posto como aquela que atenda às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas. Desse conceito emergem dois pressupostos básicos: o conceito de “necessidades”, sobretudo dos pobres do mundo e, a noção de “limitação” que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às demandas presentes e futuras. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável incorpora, além da dimensão biofísica, as dimensões política, econômica, tecnológica, social e cultural.

Embora o “novo” modelo de desenvolvimento anuncie a perspectiva de profundas mudanças de atitudes na relação sociedade-natureza, não é perceptível a produção de uma análise capaz de demonstrar como a construção de categorias e instrumentais relacionados ao debate sobre a crise ambiental se operacionaliza entre as estruturas de poderes econômicos e políticos na constituição de políticas ambientais globais. Os aspectos teóricos do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) se distanciam de questionamentos acerca das relações recíprocas entre a justiça social e a dinâmica econômica, social e política das sociedades contemporâneas.

A análise sociológica do atual estado do debate a respeito do meio ambiente tem como desafio compreender como se dá o consenso obtido pela proposta de DS, uma vez que este se apresenta de forma contraditória em suas proposições. Por exemplo, propõe a união entre crescimento econômico e a sustentabilidade dos ecossistemas e contemplar as necessidades das gerações futuras, sem enfrentar os problemas sociais das gerações atuais. Estes fatos evidenciam as dificuldades teóricas do que está proposto - considerando-o em seus princípios básicos: o da eficiência econômica, o da equidade e o da eficiência ecológica.

Há, segundo Fernandes (2003), um questionamento ao modelo proposto para o desenvolvimento como alternativa efetiva àqueles historicamente praticados. Tal questionamento refere-se aos seguintes pontos: 1) o argumento à construção de um novo projeto societário a partir da sustentabilidade dos ecossistemas perde sua plausibilidade ao serem examinadas as experiências anunciadas como de produção de DS, em referência aos indicadores de eficiência econômica e equidade; 2) a fragilidade do modelo de DS, demonstrada pelo fato de que o modelo de desenvolvimento dominante, diametralmente oposto à ideia da sustentabilidade dos ecossistemas, continua sendo praticado nas áreas das quais se origina a proposta de mudança.

A preocupação central da política ambiental global, sob a égide do conceito de DS, tem sido assegurar a gestão internacional dos principais ecossistemas, com o objetivo de garantir a durabilidade e disponibilidade de importantes estoques de recursos naturais funcionais ao desenvolvimento econômico, atendendo à continuidade da lógica do próprio capital.

Por outro lado, a noção de DS tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da “insustentabilidade” ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Essa noção, segundo Almeida (2002), nasce da compreensão de que os recursos são finitos e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países. Trata-se de um campo emergente e que está ainda muito sujeito a diferentes concepções e definições.

O conceito de DS se constitui em um longo processo histórico de análise e reavaliação crítica da relação existente entre sociedade e natureza. O processo contínuo e complexo que envolve a formação conceitual do DS gerou uma variedade de abordagens para o conceito de sustentabilidade (BELLEN, 2006).

O entendimento acerca da sustentabilidade varia em decorrência das abordagens diversas que se têm sobre o conceito. O grau de sustentabilidade é relativo em função do campo ideológico ambiental ou da dimensão em que cada ator se coloca.

A concepção de “desenvolvimento sustentável” contribui para esse processo por ser contextualizado numa determinada ideologia de progresso que envolve as concepções histórica, econômica e social e também a subjetividade do próprio ser. Representa, nesta era planetária, uma ideia mobilizadora de ações para as iniciativas em favor da construção de um novo modelo de sociedade. É um conceito que se abre às características plurais e desafia as instituições contemporâneas e os educadores dos diferentes espaços educativos a construir processos de formação humana que se complementem nas ações para constituir sujeitos comprometidos com suas aprendizagens, com seu papel no planeta.

A sustentabilidade tem, em sua essência, um componente educativo bastante visível: cuidar do meio ambiente, de si e dos outros e entender o mundo em termos de relações e encadeamentos, o que depende de uma consciência ecológica, e esta se constitui através da educação. Uma educação que promova aprendizagens com sentido, centrada na relação entre os sujeitos que aprendem juntos a conhecer, a fazer, a ser, que oriente uma forma de pensar a vida cotidiana e que estimule a pensar a prática.

2. A Sociedade Civil Ressignificada e a Reconstituição das ONGs

A noção de sociedade civil tem variado ao longo da História. De acordo com Vieira (1997), durante os séculos XVII e XVIII, o termo sociedade civil foi empregado por Hobbes e Rousseau para diferenciar a suposta condição de estado natural, em que os homens teriam vivido em liberdade, guiados apenas pelas paixões e necessidades – a *societas naturalis* –, da sociedade regida por leis e

dirigida por um corpo político, na qual liberdade e razão deveriam coexistir – a *societas civilis* –, fundada na concepção de contrato social.

No século XIX o termo “sociedade civil” foi empregado por Hegel, para quem as regras de mercado são fundamentais para a estruturação da sociedade civil. Segundo a compreensão de Vieira (1997), Hegel entendia que nem a família nem o Estado são capazes de esgotar a vida dos indivíduos nas sociedades modernas e a sociedade civil implica, simultaneamente, determinações individualistas e a procura de um princípio ético que jamais poderia vir do mercado, mas das corporações.

O contexto da redescoberta da ideia de sociedade civil é heterogêneo e, no âmbito das teorias do Estado, a questão latente é aquela que se refere às tentativas de formulação, em face da crise do intervencionismo, de novas formas de relação entre o Estado e sociedade. A noção de sociedade civil muda consideravelmente e o objetivo dos movimentos sociais seria apenas a auto-organização da sociedade para forçar o Estado a uma reforma estrutural sem colocar em questão o controle do Partido Comunista sobre o aparato estatal. Daí a concepção de sociedade civil contra o Estado, presente na oposição polonesa da Solidariedade e também nos novos movimentos sociais do Ocidente. Por mais críticos que sejam do mercado e do Estado, tais movimentos não se organizam para acabar com eles, mas para fortalecer as formas societárias de organização.

A sociedade civil, com o seu conjunto de associações voluntárias, independentes do sistema econômico e político-administrativo, absorve, condensa e conduz de maneira amplificada para a esfera pública os problemas emergentes nas esferas privadas, no mundo da vida. Via esfera pública, onde se verifica a tematização de “problemas gerais” e processos horizontais, a sociedade civil procura permanentemente impedir que o sistema político restrinja o seu raio de ação às questões vinculadas aos interesses particularistas (COSTA, 1994). Dessa forma, a esfera pública se constitui como o espaço intermediário, de debate e de disputa, onde as demandas sociais se apresentam e podem ou não ser canalizadas ao interior do sistema político-partidário, administrativo, parlamentar etc.

Os movimentos sociais concretos expressam, de forma variada, e em maior ou menor grau, a continuidade ou descontinuidade em relação à cultura política tradicional. Esses novos movimentos se caracterizam por suas lutas para romper com os esquemas populistas do passado, para criar formas comunitárias de participação direta das bases ao nível de reflexão. Defendem sua autonomia perante o Estado e os partidos. A defesa da autonomia significa que esses novos movimentos recorrem aos partidos de forma distinta da habitual dos movimentos tradicionais, nos quais havia um nítido atrelamento ao partido e, frequentemente, ao Estado. Essa nova prática, contudo, não se encontra isenta de ambiguidade, na medida em que frequentemente o líder do novo movimento social é igualmente um líder partidário.

A partir da década de 1970, a ideia sobre sociedade civil mudou consideravelmente. Expressões como autonomia, autogestão, independência, participação e *empowerment*, direitos humanos e cidadania passaram a ser

associadas ao conceito de sociedade civil. Não se trata mais de um sinônimo de sociedade, mas de uma maneira de pensá-la, de uma perspectiva ligada à noção de igualdade de direitos, autonomia, enfim, os direitos civis, políticos e sociais da cidadania. A noção de sociedade civil se transforma e passa a ser compreendida em oposição não apenas ao Estado mas também ao mercado. Há uma esfera privada no “sistema” (economia) e uma esfera pública não estatal, constituída pelos movimentos sociais, ONGs e associações de cidadania (VIEIRA, 1997).

Assistiu-se à emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. A última década do século XX celebra o que Dagnino (2004) entende como “a confluência perversa” entre dois projetos que apontam para direções opostas e até antagônicas, mas que requerem uma sociedade civil ativa e propositiva.

A disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia.

Dessa forma, a dinâmica do avanço democrático no Brasil, por um lado, expressou-se com a constituição dos espaços públicos de participação da sociedade civil na gestão da sociedade e, por outro lado, revelou o processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, o que estaria conferindo uma dimensão perversa a essas jovens experiências. Essa perversidade se expressa nas avaliações de representantes da sociedade civil, nos conselhos gestores, de membros das ONGs envolvidas em parcerias com o Estado e que vivenciam a experiência desses espaços ou se empenham na sua criação, apostando no potencial democratizante que eles teriam.

É importante refletir sobre o fato de que os projetos políticos não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam, veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas. Essa noção (reflexão) sobre projetos políticos contribui para se superar a visão homogeneizadora tanto do Estado quanto da sociedade civil e para se reconhecer a sua diversidade interna, como base para repensar as suas relações.

A construção dessa esfera social pública, enquanto participação social e política dos cidadãos, diz respeito à existência de entidades e movimentos não governamentais, não mercantis e não partidários. Tais entidades e movimentos são privados por sua origem, mas públicos por sua finalidade. Eles promovem a articulação entre a esfera pública e o âmbito privado como nova forma de representação, buscando alternativas de desenvolvimento democrático para a sociedade. Nessa perspectiva, podem assumir um papel estratégico quando se transformam em sujeitos políticos autônomos e levantam a bandeira da ética, da cidadania, da democracia e da busca de um novo padrão de desenvolvimento que não produza a exclusão social e a degradação ambiental.

O termo “movimento social” encerra em seu contexto teórico e ideológico um conjunto de significados que vêm sendo construídos ao longo do tempo. Desde sua criação em 1840, surgiu para designar a emergência do movimento

operário europeu, avançando, posteriormente, para representar, no âmbito do marxismo, a organização racional da classe trabalhadora em sindicatos e partidos, empenhados na transformação das relações capitalistas de produção. Em seguida, adquiriu a característica de referir-se a uma multiplicidade de novas formas de participação, igualmente pensadas em função da alteração da lógica capitalista, só que agora organizadas espontaneamente na esfera da cultura enquanto “Novos Movimentos Sociais”.

Pelo exposto, é pertinente compreender o aspecto controverso que caracteriza o mundo contemporâneo, dada a globalização econômica e o desenvolvimento de novas formas de solidariedade entre os cidadãos. Essa configuração “encerra” uma tendência para a constituição de uma sociedade civil global como contraponto à tendência de relativo enfraquecimento do Estado nacional. A fase atual da globalização se caracteriza por uma sociedade civil mundial e pela cidadania mundial. Mas também se caracteriza por um movimento de fragmentação e diversificação que dificulta a unidade política, o que atrapalha os projetos coletivos, além de promover a individualização.

A partir dos anos 1980, formas de ação social transformadora emergiram no mundo: movimentos populares ou novos movimentos sociais com novas agendas políticas (ecologia, paz, antirracismo, antisssexismo), ao lado das agendas tradicionais de melhoria da qualidade de vida (sobrevivência, economia, habitação, terra, bem-estar social, educação). Esses movimentos, centrados nos temas de democratização, cidadania, liberdade, identidade cultural, além daqueles que constituem a “herança comum da humanidade” (sustentabilidade da vida humana na Terra, meio ambiente global), assumiram a forma de organizações não governamentais, particularmente transnacionais; estas, dispersas geograficamente e como organizações comunitárias de base local, podem desenvolver agendas e objetivos comuns no plano internacional.

O alcance da planetariedade como categoria social para a participação cidadã, neste novo cenário, está condicionado à ocorrência de profundas modificações no âmbito da sociedade, que precisam passar de uma ordem estratificada, linear, hierárquica e dominante para uma ordem flexível, progressiva, complexa, interdependente, solidária e autorreguladora. A ordem autorregulada é resultante do processo, da continuidade, do dinamismo e se caracteriza, principalmente, pela participação responsável no exercício de uma cidadania voltada para o respeito ao meio ambiente.

A cidadania planetária e a cultura de sustentabilidade irão representar os resultados do fazer pedagógico que considere a aprendizagem a partir da vida cotidiana. A promoção da aprendizagem é um dos princípios fundamentais dessa ação pedagógica, através de todos os recursos colocados em jogo no ato educativo.

É necessário pensar a educação como um movimento que aconteça em todas as esferas da sociedade, como um fazer educativo que represente a ideia-força para a construção de modalidades inovadoras no processo de formação humana, considerando o contexto e o cotidiano como recursos, meios e fins na configuração de sociedades mais justas, solidárias e sustentáveis.

Nessa perspectiva, de acordo com Cabral (2000), a sociedade civil, através de organizações não governamentais (ONGs), tem contribuído para a formação humana em suas múltiplas dimensões. Tal contribuição se reflete na construção de identidades dos sujeitos, de modo que essas entidades têm se constituído como agentes sociais que realizam mediações de caráter educacional e político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para comunidades específicas e para diferentes segmentos da sociedade, nas esferas local, regional, nacional e internacional.

Contudo, as ações das ONGs não se dão sob relações harmoniosas, mas se inserem num campo controverso de disputas, seja por um papel definido no âmbito do espaço público, seja pela conquista de uma identidade política como agente no processo de reconhecimento e primazia da sociedade civil e mesmo em busca de suporte financeiro que viabilize suas ações (VIEIRA, 1997).

As ONGs têm sido alvo de denúncias e críticas, entre elas as transnacionais, que são acusadas de atuarem como instrumento de dominação dos países ricos sobre as economias periféricas. Outras são vistas como agentes que camuflam problemas sociais e se beneficiam dos recursos públicos para fins privados. A constatação de várias irregularidades no âmbito das ONGs é perceptível nas informações veiculadas nos diferentes meios de comunicação.

A despeito das críticas e denúncias apontadas contra as ONGs, o fato é que estas se expandiram globalmente, com atuações diversificadas em relação às áreas de atuação, aos propósitos pretendidos e ao nível de institucionalização alcançado. Há ONGs que atuam pela defesa de determinado grupo social, outras canalizam suas intervenções para questões mais relevantes da sociedade como um todo. O campo de abrangência das ações das ONGs varia de pequenos grupos, como bairros, até contextos mais amplos e diversificados nos níveis regional, nacional e internacional. Algumas atuam na informalidade, outras desenvolveram um organizado sistema profissional de gestão das atividades e de controle administrativo de seus investimentos.

Nesse palco de múltiplos cenários, as ONGs podem ser vistas como agentes sociais com atuação educativa. Nesse caso, constituem um campo fértil para investigações sobre processos alternativos de educar que, ao se expressarem sob múltiplas faces e perspectivas, geram possibilidades de alimentar reflexões e ações com vistas a uma sociedade melhor para a humanidade.

A despeito de todas as reflexões que apresentam os grandes desafios enfrentados pelas ONGs no que se refere à eficiência, em diferentes dimensões, de sua intervenção, essas entidades são agentes mobilizadores, criativos e exercem forte influência na formulação de políticas públicas nas sociedades contemporâneas.

A mobilização gerada no âmbito das ONGs, com a finalidade de intervir em realidades indesejadas (constituindo as bases de uma sociedade diferente, mais democrática, mais solidária e mais humana), tem reconfigurado a ideia de projeto utópico da humanidade do sentido de irrealizável para o campo de múltiplas possibilidades, em que o irrealizável torna-se possível.

3. Processos Educativos no Agir das ONGs

A sustentabilidade representa, atualmente, a categoria fundamental a ser conquistada, pois constitui condição *sine qua non* para a sobrevivência das futuras gerações.

Nas manifestações registradas em favor da sustentabilidade, a educação está geralmente situada como “fundamento básico” no processo de formação humana e desenvolvimento, assumindo um papel preponderante na construção de saberes, na orientação para o desenvolvimento humano e para novas formas de perceber, pensar e agir no mundo. Educar nessa perspectiva representa uma alternativa para preparar as pessoas a coexistirem mediante esta nova ordem socioambiental global, que se expressa como um dos grandes desafios do século XXI.

Os processos educativos orientados à sustentabilidade constituem, pois, mecanismos capazes de contribuir para desenvolver nos sujeitos competências para uma consciência ecológica que os torne cidadãos do mundo. Essas competências são necessárias à humanidade para lidar com os aspectos multidimensionais que envolvem a relação homem-natureza numa perspectiva de interdependência planetária.

A perspectiva de um mundo melhor é o ideal a ser conquistado pelas ações das ONGs, que, como forma de materializá-lo, investem em processos de articulação entre saberes e práticas. Elas ganham caráter educativo na medida em que assumem a intencionalidade de desenvolver nos sujeitos a compreensão da realidade em que vivem e desafiam aqueles que pensam a educação como meio de articular a utopia com a realidade das relações sociais, em constante transformação.

Esse é o fundamento a partir do qual Freire (2007) postula que a educação é desafiada a trabalhar a esperança na emancipação social, revendo paradigmas que já não explicam a realidade e mostram-se limitados diante da complexidade do mundo atual, reforçando a importância da dialogicidade no processo de desenvolvimento do ser humano.

Na concepção freireana, um projeto educativo que vise à reinvenção de certa realidade social precisa ter como base a afirmação histórica do ser humano como ser esperançoso, dialógico e sujeito ativo na construção do seu destino.

Pelo seu protagonismo, as ONGs têm alcançado larga faixa do tecido social, influenciando as políticas públicas e o mercado e promovendo práticas sociais diferenciadas e alternativas às realidades adversas da contemporaneidade. As ações das ONGs jamais foram tão atuais e pertinentes no que se refere ao cenário global, em que os parâmetros de espaço-tempo, de presença no mundo, de individualidade e de fragmentação, que orientaram a humanidade, não servem para explicar os acontecimentos.

São muitos e variados os elementos envolvidos em dado fenômeno social, e em cada um os atores desempenham múltiplos papéis sociais, formatando dessa forma uma rede de interações interpenetrantes. Esse tecido complexo se constitui, segundo Morin (2000, p. 38):

Quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo [...]. A complexidade é a união entre unidade e a multiplicidade.

Esse é o contexto social no qual as ONGs protagonizam suas ações, de forma variada e criativa, desenvolvem estratégias diversificadas e se voltam para realidades específicas. E a educação, enquanto via de acesso humano a realidades, marca presença à medida que nos conduz a ler o mundo e a nos situarmos nele como sujeitos de nosso destino. O sujeito não existe antes ou fora da comunidade. Esta constitui o marco e a perspectiva na qual está imerso. Assim, as práticas educativas precisam ser pensadas em função do contexto social. Essa é uma das características das ações das ONGs que se voltam a Projetos de Ação Social.

Acrescente-se ao caráter societal das ONGs o seu papel tanto na constituição do ser humano enquanto “uma busca permanente de si mesmo” quanto na compreensão da condição humana revelada em sua complexidade. Morin (2006, p. 40) assim define o humano:

Ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural. [...]. Trazemos, dentro de nós, o mundo físico, o mundo químico, o mundo vivo, e, ao mesmo tempo, dele estamos separados por nosso pensamento e nossa consciência, nossa cultura. [...]. Conhecer o humano não é separá-lo do universo, mas situá-lo nele.

Essas concepções acerca da constituição e da formação do ser se expressam pelas ações das ONGs cujas práticas educativas reafirmam a subjetividade à medida que convergem para o exercício dialógico/dialético de sujeito-mundo e de sujeito-sujeito, constituindo o processo de intersubjetividade na história.

O cenário das ONGs com projetos de ação social possibilita a constituição da consciência do ser humano não de forma egocêntrica e individual; ao contrário, nós, seres humanos, fazemos a nós mesmos por meio de uma gama de relações intersubjetivas que envolvem trocas, contradições, complementaridades, recuos e avanços. Nesse sentido, Freire (1975, p. 66) afirma: “O sujeito pensante não pensa sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre objetos. Não há um ‘penso’, mas um ‘pensamos’ que estabelece o ‘penso’ e não o contrário”.

Fortalecendo essa postulação, o filósofo alemão Axel Honneth (2003) propõe a Teoria do Reconhecimento, na qual é possível visualizar as formas como os indivíduos e grupos sociais se inserem na moderna sociedade democrática. Defende que a formação da identidade é um processo intersubjetivo de luta por mútuo reconhecimento dos parceiros de interação. Dessa forma, nos conflitos sociais o indivíduo não busca exatamente a autopreservação ou o aumento de poder, mas um reconhecimento de sua individualidade.

A formação do Eu prático está ligada à pressuposição do reconhecimento recíproco entre dois sujeitos: só quando dois indivíduos se vêem confirmados em sua autonomia um frente ao outro, é que eles podem chegar de maneira complementar a uma compreensão de si mesmos como um Eu autonomamente agente e individuado (HONNETH, 2003, p. 119-120).

O movimento dialético inerente ao âmbito das organizações sociais exige do ser humano uma condição própria, que se expressa na instância crítica da consciência humana para fazer o mundo mais humanizado. E isso só é possível através de ações planejadas, intencionais, que desenvolvam coletivamente novos níveis de consciência e promovam a dialeticidade discurso-prática, reflexão-ação.

No âmbito das ONGs voltadas a projetos sociais, abrem-se possibilidades para que os sujeitos expressem suas pretensões e as tornem legítimas mediante a aceitabilidade por parte dos demais integrantes do processo, o que origina uma atitude de respeito. O autorrespeito, na perspectiva de Honneth (2003), se constrói à medida que é concedida aos sujeitos a possibilidade de uma ação perceptível em relação aos parceiros da interação. Nesse caso, com a atividade facultativa de reclamar direitos, é concedido ao indivíduo um meio de expressão simbólica cuja efetividade social pode demonstrar-lhe reiteradamente que ele encontra reconhecimento universal como pessoa moralmente imputável. Isso se deve ao fato de que, para chegarem a uma autorrelação infrangível, os sujeitos humanos precisam de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas. Nessa compreensão, Honneth (2003, p. 198-199) esclarece:

Um padrão de reconhecimento desta natureza só é concebível de maneira adequada quando a existência de um horizonte de valores intersubjetivamente partilhado é introduzida como seu pressuposto; pois o Ego e o Alter só podem se estimar mutuamente como pessoas individualizadas sob a condição de partilharem a orientação pelos valores e objetivos que lhes sinalizam reciprocamente o significado ou a contribuição de suas propriedades pessoais para a vida do respectivo outro.

Na concepção honnethiana, a autorrelação prática a que uma experiência de reconhecimento cujo destinatário é o grupo em sua totalidade faz os indivíduos chegarem é um sentimento de orgulho do grupo ou de honra coletiva; o indivíduo se reconhece como membro de um grupo social que está em condição de realizações comuns cujo valor para a sociedade é reconhecido por todos os seus demais membros.

Sob as condições das sociedades modernas, a solidariedade está ligada ao pressuposto de relações sociais de estima simétrica entre sujeitos individualizados (e autônomos); estimar-se simetricamente nesse sentido significa considerar-se reciprocamente à luz de valores que fazem as capacidades e propriedades do respectivo outro aparecer como significativas para a práxis comum.

Relações dessa espécie podem se chamar “solidárias” porque despertam não apenas a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa mas também o interesse afetivo por essa particularidade: só na medida em que eu cuidei ativamente de que suas propriedades, estranhas a mim, possam se desdobrar, os objetivos que nos são comuns passam a ser realizáveis (HONNETH, 2003, p. 210-211).

Portanto, um relacionamento positivo de reconhecimento é aquele que permite às pessoas adquirirem uma medida de autoestima, que pode ser encontrada na aceitação solidária e no aspecto social das habilidades de um indivíduo e em seu estilo de vida. Nesse relacionamento, os seres humanos são capazes de encontrar aceitação e encorajamento mútuo de sua individualidade enquanto sujeitos formados por suas próprias experiências de vida (HONNETH, 2003).

Essa é a formatação epistemológica capaz de mobilizar as práticas educativas no âmbito das ONGs, assumindo a defesa de que é através do diálogo, da socialização de saberes, sentidos e valores que a humanidade poderá reconstruir sua história e refazer seus caminhos, permanentemente abertos ao futuro e a novos projetos sociais.

4. Organismos de Ação Social e a Construção de um Paradigma Educativo Planetário

Pensar o cotidiano dos espaços societários na perspectiva da construção de posturas voltadas à sustentabilidade implica colocar na pauta das reflexões não somente conceitos e concepções sobre sujeitos sociais, relações sociais, economia sustentável, entre outros, mas a complexidade como conceito-chave para o exercício interpretativo das redefinições dos parâmetros que orientam o olhar sobre as diferentes realidades da sociedade contemporânea.

É preciso entender que há inúmeros fatores determinantes interferindo nos fenômenos sociais e que os sujeitos da ação assumem múltiplos papéis. Consequentemente, os processos que pretendem alcançar mudanças e promover impactos⁴ nos contextos sociais a partir do protagonismo dos atores sociais devem ser conduzidos com a compreensão da rede interativa de fenômenos que os constituem.

As atividades educativas conduzidas no interior das entidades de ação social, seja no âmbito formal, não formal ou informal, são orientadas mediante uma forma de pensamento e uma visão de mundo, com intencionalidade. São diversas as ONGs, representadas por entidades com projetos de ação social, que têm como pauta para programas de intervenção aspectos relacionados à sustentabilidade. O termo sustentabilidade aqui referido pressupõe, de acordo com Lima (2003, p. 116), “a capacidade de aprender, criar e exercitar novas

⁴ Os impactos constituem mudanças significativas ou permanentes nas vidas das pessoas ocasionadas por determinada ação ou série de ações (ROCHE, 2002).

concepções e práticas de vida, de educação, de convivência individual, social e ambiental – capazes de substituir os velhos modelos em esgotamento”.

As ações educativas, orientadas por projetos de intervenção social, constituem uma alternativa plausível, além de necessária, que a humanidade, através da sociedade organizada, vem desenvolvendo a fim de responder aos desafios que nos são impostos nesta Era Planetária.

Contudo, o processo se dá envolto a limites e potencialidades que se apresentam a essas entidades como “elementos” que constituirão o cenário das propostas a serem realizadas. Neste sentido, os processos educativos, desenvolvidos no âmbito dos organismos de ação social, são orientados para atender às demandas e configurações apresentadas pelas comunidades humanas e abrangem diversos aspectos do tecido social, seja no âmbito econômico, político, cultural ou socioambiental.

Situamos como exemplo e fortalecimento ao nosso debate a Ação Social da Diocese de Cajazeiras – ASDICA –, uma organização não governamental, instituída na cidade de Cajazeiras-PB, de caráter filantrópico, educativo e assistencial que realiza atividades de intervenção nos diferentes segmentos da sociedade, com a participação efetiva da população-alvo dos projetos propostos.

A ASDICA desenvolve projetos de ação social nos meios urbano e rural da área de abrangência da referida diocese. Tem entre seus objetivos a pretensão de contribuir para a construção de sociedades mais justas e solidárias e a formação de sujeitos protagonistas de sua aprendizagem, de seu modo de ser e estar no mundo, em suas relações com o meio e com os demais seres.

As atividades-fim da ASDICA são desenvolvidas a partir do Programa de Ação Social de Políticas Públicas (PASPP), caracterizado pela execução de projetos de ação social em diferentes dimensões da sociedade, junto às associações comunitárias, aos conselhos municipais, às entidades com trabalhos relacionados às questões ambientais e à convivência com o semiárido.

O público-alvo beneficiado com a execução do referido programa são as comunidades rurais do semiárido nordestino brasileiro e grupos da sociedade civil organizada pertencentes às comunidades do sertão paraibano, que, historicamente, convivem com as adversidades climáticas e socioambientais resultantes de um modelo de desenvolvimento degradador de contextos humanos e ambientais.

Através de estudos e ações compartilhadas entre a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Diocese de Cajazeiras, por meio da ASDICA, tivemos a oportunidade de apreender informações acerca dos impactos positivos alcançados pelos diferentes projetos implementados no município, cujos propósitos são, entre outros: construir a autossustentabilidade das pequenas comunidades e contribuir para o fortalecimento dos grupos e suas organizações e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades do semiárido brasileiro.

Os projetos sociais desenvolvidos pela ASDICA tomam como ponto de partida a compreensão coletiva da realidade que se pretende modificar. Nesse processo, que ocorre em etapas, a construção do conhecimento acontece através de dinâmicas pedagógicas que transcendem os saberes disciplinares, colocando o

cotidiano como a principal fonte de informações a orientar a elaboração de propostas significativas para os grupos acompanhados pela entidade.

Ocorre a socialização de expectativas e ideias que propicia, no interior do grupo, a experiência de reconhecimento mútuo, fazendo com que os membros alcancem uma espécie de estima coletiva. Nesse relacionamento, os indivíduos são capazes de encontrar aceitação e encorajamento enquanto indivíduos formados por suas próprias experiências de vida

Projetos construídos com articulações concretas entre os grupos envolvidos possibilitam conexões que se dão, acima de tudo, pela ressignificação dos princípios que fundamentam o cotidiano individual e coletivo, além de contribuir para a sustentabilidade dos processos que decorrerão das elaborações iniciais. São, portanto, propostas que possibilitam focar as finalidades sociais, fortalecendo os grupos e resultando em ações sustentáveis para o ser humano e para a sociedade. Os grupos sociais beneficiados se envolvem, constroem conhecimentos pertinentes e passam a enfrentar suas realidades com planejamento coletivo, além de se qualificarem a partir de cursos, oficinas técnicas e pedagógicas, eventos e intercâmbio de experiências com outras realidades no estado e região. Como efeito, realidades são modificadas nas dimensões econômica, familiar, social, pessoal e política.

O grande significado dos projetos de ação social está no fato de que os pressupostos teórico-metodológicos que orientam seus processos educativos pautam-se pela demanda social por participação. Representam a pedagogia da demanda, caracterizada por Gutiérrez e Prado (2002) como um processo que deve buscar sempre a construção de um presente capaz de projetar um futuro melhor.

As demandas apresentadas e refletidas coletivamente são convertidas em proposições que nada mais representam do que a expressão da sociedade civil em intervir numa realidade concreta. Pelas razões apresentadas, é possível perceber que os processos de construção/execução dos projetos de ação social se constituem em uma atitude diante de realidades que se quer mudar.

As organizações com projetos de ação social revelam-se, pois, como espaços onde diálogo e produção de sentidos são compartilhados, o que torna possível alcançar a convergência de sonhos, utopias e esperanças na construção de projetos sociais intersubjetivos.

As atividades de intervenção desenvolvidas junto às comunidades com a coparticipação de seus integrantes buscam a transformação de realidades indesejadas e para isso mobilizam uma diversidade de estratégias cujas influências repercutem não apenas na situação-problema a ser modificada mas no pensamento das pessoas envolvidas nos processos, problematizando as situações, considerando a sua complexidade, fortalecendo as potencialidades que se apresentam como alternativas aos desafios colocados em pauta e promovendo ações dialógicas e reflexivas que orientam os grupos no seu fazer e estar no e com o mundo.

Considerações

O desafio humano atual é promover mudanças nas dimensões pessoal, social e institucional a fim de possibilitar a criação de espaços facilitadores e férteis para a construção de uma sociedade-mundo sustentável.

É preciso pensar uma educação que promova “aprendizagens com sentido”, centradas na relação entre os sujeitos, que aprendam juntos a conhecer, a fazer, a ser. Essas aprendizagens devem orientar uma forma de pensar a vida cotidiana, estimular pensar a prática.

Os princípios que fundamentam a educação planetária devem orientar as propostas pedagógicas deste século nos diferentes espaços educativos da sociedade. Tais princípios, por seu caráter abrangente e flexível, são passíveis de adequação aos variados contextos socioeducacionais. Uma vez incorporados aos processos pedagógicos, podem fortalecer o fazer educativo dos diversos segmentos sociais, seja no contexto da educação formal ou informal.

Os cidadãos da sociedade planetária, em movimentos convergentes e auto-organizados, geram as forças sinérgicas requeridas pelas mudanças condizentes à cidadania planetária. Nesse sentido, a flexibilidade e a cooperação são os dois condicionantes mais importantes da convivência humana. Configura-se, então, o evidente desafio que a educação planetária enfrenta para materializar seus princípios em atendimento aos indicadores que emergem neste século XXI.

Entendemos que, ao conceber a educação como processo que se desenvolve ao longo de toda a vida, a humanidade precisa reconhecer-se “sociedade de aprendizagem” para valorizar a socialização de saberes e experiências na construção de uma sociedade-mundo e assim se inserir na diversidade planetária assumindo o papel de sujeito interativo e responsável pelo nosso futuro comum. Percebendo o mundo e as pessoas em sua unidiversidade, o sujeito humano sentir-se-á incluído na sociedade e identificar-se-á como agente fundamental de uma rede conectada de funções que mantém a coexistência dos seres no planeta.

Esses processos aludem, sobretudo, aos modelos não convencionais que se referem em especial à capacidade do ser humano de mobilizar sua sensibilidade, imaginação, vontade e talento intelectual e concentrar esforços que se estendem do desenvolvimento pessoal ao desenvolvimento social, gerando, assim, uma consciência integradora que vai do individual ao coletivo. Com isso, o ser humano é capaz de transformar as potencialidades pessoais em catalizadoras de uma energia social transformadora. É o exercício do desenvolvimento humano e da inclusão social registrado nas ações de várias entidades cujo ideal é a formação do SER. As organizações da sociedade civil, no contexto das preocupações globais do planeta e atuando através de processos educativos, contribuem para o desenvolvimento da planetarização do Ser, ao situarem-no no e com o mundo e concederem-lhe um lugar de destaque nas relações humanas, e para a tessitura dos fios a constituírem novos arranjos sociais. É dessa forma que se constituem entidades participativas no processo de construção de uma sociedade planetária humanizante.

Referências

- ALMEIDA, Jalcione. A Problemática do Desenvolvimento Sustentável. In: BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). *Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* 4. ed. Santa Cruz: EDUNISC, 2002.
- BELLEN, Hans Michael Van. *Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem (Org.). *Nosso Futuro Comum: relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- CABRAL, Adilson. *Movimentos Sociais, as ONGs e a Militância que pensa, logo existe*. 2007. Disponível em: <<http://www.comunicacao.pro.br/artcon/movsocong.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2007.
- CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento Sustentável – dimensões e desafios*. Campinas, SP: Papirus, 2003. (Coleção Papirus Educação).
- CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, Amana Key, 1996.
- _____. *O Ponto de Mutação – a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- _____. *As Conexões Ocultas – ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, Amana Key, 2002.
- COSTA, Sérgio. Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil – uma abordagem tentativa. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n. 38, p. 38-52, 1994.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Participação e Cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.
- FERNANDES, Marciolina. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. In: FERNANDES, Marciolina; GUERRA, Lemuel (Org.). *Contra-Diálogo do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Educação e Comunicação, v. 1).
- _____. *Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).
- _____. *Educação como Prática da Liberdade*. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- GUTHRIERREZ, Francisco; PRADO, Cruz. *Ecopedagogia e Cidadania Planetária*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002. (Guia da Escola Cidadã, v. 3).
- HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento – a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.
- LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. O Discurso da Sustentabilidade e suas Implicações para a Educação. *Ambient. soc.*, Campinas, v. 6, n. 2, p. 99-119, jul./dez. 2003.

MEDINA, Nana Minini. Breve Histórico da Educação Ambiental. In: PÁDUA, Suzana M.; TABANEZ, Marlene F. (Org.). *Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Brasília: FNMA/IPE, 1997. p. 257-270.

MORIN, Edgar. *Terra-Pátria*. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1995.

_____. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeane Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

_____. *A Cabeça Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 12. ed. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MORIN, Edgar; MOIGNE, Jean-Louis Lê. *A Inteligência da Complexidade*. Tradução de Nurimar Maria Falci. São Paulo: Petrópolis, 2000. (Série Nova Consciência).

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio Roger; MOTTA, Raúl Domingo. *Educar na Era Planetária – o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana*. 2. ed. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2007.

ROCHE, Chris. *Avaliação de Impacto dos Trabalhos de ONGs – Aprendendo a valorizar as mudanças*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Oxford: ABONG: Oxfam, 2002.

SANTOS, Marli Alves. *Educação para a Cidadania Global: explorando seus caminhos no Brasil*. São Paulo: Textonovo, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, Eduardo J. et al. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

Artigo recebido em 02/04/2011 e aprovado em 25/06/2011